



Decrecimiento, agroecología e economía solidária no Brasil: em busca de convergências

Alan Ainer Boccatto-Franco

Mestrando da Universidade de Brasília - UnB, Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente
Campus Darcy Ribeiro - Gleba A, Asa Norte, CEP 70910-900, Brasília-DF, Brasil
alanboccatto@gmail.com

Elimar Pinheiro do Nascimento

Professor Associado II da Universidade de Brasília - UnB, Centro de Desenvolvimento Sustentável
– CDS. Doutor em Sociologia, Paris V.
elimarcads@gmail.com

Fecha de recepción: 01/04/2013 Fecha de aceptación: 11/11/2013

Resumo

Identificar as possíveis convergências entre a ideia de decrescimento, defendida sobretudo nos países do Norte, a economia solidária e a agroecologia no Brasil para a construção de uma plataforma comum de conversação é a proposta do presente artigo. Por meio de pesquisa bibliográfica foram identificados sete elementos comuns entre decrescimento e economia solidária e mesmo número entre decrescimento e agroecologia. Conclui-se que a economia solidária e a agroecologia no Brasil possuem elementos para se constituírem em espaços de convergências para uma plataforma comum entre os grupos que defendem uma economia de baixo impacto ecológico, “decrementistas” do Norte e movimentos socioculturais do Sul. Ademais, sugere-se a análise de princípios e práticas de grupos sociais do Sul como orientação adicional ao debate sobre relações entre os dois Hemisférios no contexto do decrescimento. Por fim, são feitas algumas sugestões para se aprofundar o estudo das relações entre o decrescimento, a economia solidária e a agroecologia no Brasil.

Palavras Chave: economia solidária, decrescimento, agroecologia, Brasil.

Abstract

The intention of this article is to identify possible convergences between the concept of degrowth mostly defended in Northern countries, solidarity economy and agroecology in Brazil in order to build a common platform of discussion. Through the use of bibliographical research this paper identifies seven common elements between degrowth and solidarity economics and seven between degrowth and agroecology. It is concluded that solidarity economics and agroecology in Brazil have elements to establish themselves in convergence spaces for a common platform amongst groups that defend an economy of low ecological impact, degrowth groups in the North and sociocultural movements in the South. Furthermore, this paper suggests the analysis of principles and practices of social groups in the South as additional orientation in the debate between the two Hemispheres in the context of degrowth. Finally, some suggestions are made in order to deepen the analysis of the relations between degrowth, solidarity economics and agroecology in Brazil.

Keywords: solidarity economics, degrowth, agroecology, Brazil.

JEL Codes: Q000



1. Introdução

Há um debate na literatura se o decrescimento é adequado ou aplicável tanto nos países do Norte como nos do Sul¹, aqui entendido não como espaços geográficos, mas sociais e simbólicos. Alguns autores consideram que pode parecer um absurdo implementar políticas de decrescimento nos países do Sul, onde a redução na escala de produção e consumo não é necessária e nem desejável. Mas, isso não significa que esses países não devam construir uma sociedade fora do crescimento, de modo a evitar os inconvenientes que marcaram o modelo de crescimento dos países do Norte (Latouche 2009a; Taibo 2009). No entanto, respeitando a diversidade de contextos existentes no mundo é impossível que haja um modelo de decrescimento único, com um programa político geral válido em todos os casos, mesmo no âmbito dos países do Norte e do Sul. As políticas de decrescimento implantadas no Canadá não serão as mesmas que em Portugal, nem as aplicadas na Suécia, serão similares as da Itália. As implicações e o significado do decrescimento, e suas respectivas políticas, serão diferentes para cada contexto (Bayon et al. 2011; Latouche 2009a).

No entanto, mesmo na diversidade há elementos que são comuns. Alguns autores consideram as críticas à ideia de modernidade ocidental, incluindo a redução das desigualdades sociais e a autonomia política e cultural dos povos, como comuns aos “decrescentistas” do Norte e os diferentes grupos sociais no Sul (Bayon et al. 2011). Esses autores rejeitam a hipótese de que um

decrescimento no Norte causará o empobrecimento no Sul, e ainda mais, que o crescimento no Norte é essencial para promover o crescimento no Sul. Ao contrário, o crescimento daquele tem sido causador de empobrecimento deste (Furtado 1974). Assertiva que embora não seja plenamente verdadeira, o é parcialmente². Alguns países têm contribuído para o enriquecimento de outros a custa de seu próprio empobrecimento, como no caso de inúmeros países africanos fornecedores de produtos primários, cujo fornecimento foi suspenso, depois de destruir a agricultura tradicional, deixando um quadro de fome e miséria. Ademais, os recursos naturais que os países do Norte podem obter hoje não será possível ser obtido pelos países do Sul, pois os recursos naturais são limitados (Bayon et al. 2011).

Alguns autores têm desenhado a possibilidade de uma plataforma comum. Essas análises têm tratado: i) do potencial alinhamento entre os movimentos que defendem um decrescimento no Norte com as organizações por justiça ambiental do Sul (Martinez-Alier 2012); ii) da abolição das interferências negativas daquele, neste, permitindo que os movimentos sociais do Sul e os do decrescimento no Norte enfrentem mecanismos e atores comuns (Llistar 2008) e; iii) da definição de um novo modelo de cooperação internacional Norte-Sul com foco na incidência política, na denúncia e na luta contra o modelo dominante de crescimento ilimitado (Mosangini 2008). Deste modo, desenha-se uma clara proposição de que o decrescimento do Norte é condição essencial para o florescimento de qualquer tentativa de construção de alternativas no Sul (Latouche 2009a).

Estamos convencidos que é falsa a ideia de que o decrescimento é algo que interessa apenas ao Norte, tratando-se de mais uma novidade das relações assimétricas que

¹ Neste artigo as expressões “países do Sul”, “do Sul” e “Sul” se referem aos países emergentes e em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos. Já os países desenvolvidos serão tratados como: “países do Norte”, “do Norte” ou “Norte”. Neste sentido, Norte e Sul não são espaços puramente geográficos, relacionados aos Hemisférios que dividem a Terra, mas a um espaço social e simbólico. Essa forma de divisão dos países tem sido utilizada na literatura sobre o decrescimento (Latouche 2009a; Martinez-Alier 2012; Schneider et al. 2010; Taibo 2009). Por isso, países do Sul podem estar no Hemisfério Norte e vice-versa. Lembra a imagem que Gramsci (1975), entre outros, faziam do “Oriente” e “Ocidente”.

² A ideia de troca desigual foi tema recorrente nos anos 1960/1970 no debate internacional. Ver entre outros André Gunder Frank (1980), Arghiri Emmanuel (1969), Celso Furtado (1961; 1983), Samir Amin (1974).



marcaram a história recente dos dois grupos de países. Nas palavras da crítica mais banal: “o Norte parece querer dar lições a um Sul que deseja muito o crescimento e tudo o que vem junto” (Benasayag e Rey 2012:291). O decrescimento interessa a todos, porém com mais ênfase aos países do Sul. Sem ele seus povos não conseguirão superar o problema central que os assola, a fome e a miséria, e com isso, o acesso a bens que lhes permitam uma vida minimamente digna. Sem restrições ao uso de recursos naturais e sua distribuição equitativa os povos do Sul não terão condições de responder às suas necessidades sociais e biológicas. Apenas uma minoria, que detém um nível de vida similar às classes médias e superiores do Norte é que terão.

Para o aprofundamento do debate em torno da ideia dos modelos de decrescimento no Norte e no Sul é necessária a promoção de uma plataforma comum onde movimentos sociais e acadêmicos de ambos os hemisférios que defendem uma economia de baixo impacto ecológico possam convergir (Martinez-Alier et al. 2010). O elemento fundamental no debate sobre esta plataforma comum é de que o modelo de desenvolvimento do Norte impacta negativamente os países do Sul. Assim, a sua construção tem sido orientada pela análise dos problemas enfrentados pelo Sul decorrentes do modelo de desenvolvimento do Norte.

O objetivo deste artigo é contribuir para a identificação dessa plataforma comum aos diversos modelos de decrescimento. Para isso sugerimos uma orientação adicional: a análise de princípios e de práticas de organização socioeconômica que grupos sociais presentes nos países do Sul vêm implementando. A hipótese levantada é de que estes movimentos podem fornecer pistas para a construção de uma plataforma comum para o decrescimento. A análise explorou a existência de elementos convergentes em dois movimentos: i) entre o decrescimento e a economia solidária e; ii) entre o decrescimento e a agroecologia. Sempre referindo-se ao contexto brasileiro, e sem a pretensão de esgotar o assunto.

O artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2, após esta introdução, são apresentadas as delimitações conceituais sobre os três elementos centrais da comparação: decrescimento, economia solidária e agroecologia. Nas seções 3 e 4 são sugeridos alguns possíveis elementos convergentes entre eles, comparados dois a dois (decrescimento-economia solidária; decrescimento-agroecologia). Como um exercício de síntese, na seção 5 os elementos comuns foram resumidos e sistematizados com algumas considerações gerais a seu respeito. O artigo se encerra com uma seção de conclusões nas quais sugerimos questões que possam orientar futuras pesquisas.

2. Decrescimento, economia solidária e agroecologia- delimitações conceituais

Nesta seção são apresentadas as delimitações conceituais do decrescimento, da economia solidária e da agroecologia adotadas para a construção deste artigo. A pretensão não é de debater as diversas formas de significar esses temas. Tão pouco pretende-se reduzir ou ignorar a diversidade de entendimentos presentes na literatura sobre esses temas em Buainain (2006), Leite (2009) e Martinez-Alier e colaboradores (2010), entre outros.

Do ponto de vista ecológico e econômico, o decrescimento pode ser definido como sendo a redução na escala de produção e consumo que melhore o bem-estar humano e reforce as condições ecológicas (Schneider et al. 2010). Mais especificamente, o decrescimento é uma redução socialmente sustentável e equitativa do metabolismo e da quantidade de matéria e de energia que uma sociedade extrai, processa, transporta e distribui para o consumo e que retorna para o ambiente na forma de resíduos (Kallis 2011). Sob o ponto de vista político, o decrescimento é um slogan cujo objetivo é romper com o produtivismo econômico e a ideologia dominante do desenvolvimentismo. O decrescimento agrupa aqueles que têm realizado uma crítica radical ao desenvolvimento, que defendem o abandono



do crescimento econômico como centro da política econômica (ou seja, a qualquer preço) e que objetivam propor um projeto alternativo de pós-desenvolvimento (Latouche 2009a). É uma alternativa política que pretende, por meio de um processo democrático, promover mudanças radicais na orientação das instituições políticas e econômicas, no nível macro, e dos valores e aspirações pessoais, no nível micro (Kallis 2011).

A caracterização de economia solidária considerada neste artigo é a de práticas de relações econômicas e sociais fundadas na colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral, e de capital em particular (FBES 2003). Essas práticas são de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e cuja remuneração do trabalho é preponderante em relação ao capital (Nascimento 2011). Além de práticas, a economia solidária é entendida como um movimento social (França Filho 2006), em que o "campo da economia popular e solidária no Brasil se impõe também, cada vez mais, como um movimento de atores em busca de reconhecimento institucional" (França Filho 2007:168). Em resumo, a economia solidária constitui-se num movimento social que implementa práticas que se inserem na economia de mercado sem colocar o lucro como finalidade última e superior, mas a liberdade do ser humano, a solidariedade e a equidade social.

A agroecologia pode ser tratada como uma ciência, uma metodologia, um conjunto de práticas voltadas para a agricultura, um movimento social ou um modelo de agricultura (Buainain 2006). Apesar dessa amplitude de entendimentos, este artigo tem como foco duas abordagens: i) a ciência que se baseia na aplicação da ecologia em agroecossistemas sustentáveis, ou seja, se fundamenta nos conhecimentos e técnicas desenvolvidos por agricultores, num processo de contínua experimentação (Altieri 2012) e; ii) forma de manejo dos recursos naturais apoiada na ação social coletiva, como alternativa ao atual modelo socioeconômico,

contrapondo-se à lógica do neoliberalismo e da globalização econômica (Sevilla Gusmán 2002; 2001).

Uma vez feita essas delimitações gerais, podemos avançar nas análises específicas dos elementos comuns entre essas três correntes.

3. Relações entre Economia Solidária no Brasil e o Decrescimento

A sugestão de relações entre o decrescimento e a economia solidária não é inédita deste artigo. O reconhecimento de possíveis convergências já foi citado em outro trabalho (Boccatto-Franco 2012) e o tema da economia solidária foi objeto de um "workshop" específico durante a terceira conferência internacional pelo decrescimento realizada na Itália em 2012 (Decrescimento 2012). No entanto, essa literatura não promove uma análise específica sobre decrescimento e a economia solidária e não apresenta de modo sistemático apontamentos sobre possíveis convergências entre ambos. Um exercício inicial nesse sentido é empreendido nas seções abaixo.

3.1 Reforma do sistema monetário-financeiro

Algumas iniciativas da economia solidária no Brasil são pautadas por princípios específicos que visam a construção de um sistema de finanças solidárias, no qual o valor central é a soberania das comunidades e das nações sobre as suas próprias finanças (FBES 2003). Os bancos cooperativos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário, a descentralização das moedas nacionais por meio de uso de moedas sociais e a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros são componentes do sistema socioeconômico solidário (FBES 2003). A construção de um sistema de finanças solidárias está em curso atualmente no Brasil. Parte desse sistema é composto pelos 51 bancos comunitários que estão organizados na Rede Brasileira de Bancos Comunitários (Palmas 2013). Esses bancos são criados e administrados pelas comunidades na forma de autogestão. Muitos operam moedas



sociais, que circulam na própria comunidade, ampliando a capacidade de comercialização local e aumentando a riqueza circulante na comunidade (CONIC & FBES 2010).

Convergente com esses componentes, a construção de uma sociedade do decrescimento demanda diferentes tipos de políticas e instituições que consistem em novas formas de moedas (Kallis et al. 2012). A compatibilidade entre o decrescimento e um banco comunitário brasileiro denominado Banco Palmas já foi sugerida na medida em que prioriza a economia local, gera emprego, promove a redistribuição da renda e o fortalecimento de bens relacionais (Gomes & Nascimento 2010).

Loehr (2012) considera que taxas de juros positivas favorecem a acumulação de poupança e de investimentos líquidos, o que leva ao crescimento econômico. Para combater isso, o autor recupera a ideia de “free money” de Silvio Gesell, propondo a criação de custos artificiais ao dinheiro, como uma forma de taxá-lo. Na medida em que se acumula capital, esses custos vão fazendo com que a rentabilidade e a lucratividade seja reduzida a zero. Assim, todo acúmulo ou investimento marginal leva a uma rentabilidade negativa, fazendo com que a circulação do dinheiro seja mais constante e superior ao seu acúmulo. Loehr (2012) reconhece, assim, que essa reforma monetária pode causar inclusive um decrescimento.

Douthwaite (2012) a partir de uma análise particular da atual crise financeira, sugere outras mudanças no sistema monetário e financeiro para prevenir um declínio caótico da economia. A partir do ano de 2004 a produção de petróleo permaneceu praticamente constante, enquanto que a emissão de dinheiro por meio de empréstimos bancários nos países do Norte permaneceu crescente. Assim, a economia passou a ter mais dinheiro para o consumo de bens e serviços, mas a oferta de energia para produzi-los permaneceu constante. Isso interferiu no balanço entre oferta e demanda de energia, fazendo o preço da energia fóssil subir, elevando também o preço dos

alimentos e de outras “commodities”. Mesmo nesse cenário, os bancos centrais permitiram que os bancos comerciais emitissem ainda mais dinheiro. Como o preço das *commodities* e da energia estavam mais altos, os países consumidores passaram a adquirir dívidas com relação aos países produtores. Esse processo favoreceu bolhas especulativas no mercado financeiro que ao estourarem colocaram a economia em recessão. Nesse contexto, em que a emissão de dinheiro e a produção de energia são fundamentais para manter o equilíbrio da economia, Douthwaite (2012) conclui que, em última instância, as empresas produtoras de energia serão os novos bancos. E que no futuro, com aumento da escassez de energia fóssil, o decrescimento será inevitável. Assim sendo, é particularmente importante que as comunidades desenvolvam seus próprios suprimentos de energia e que elas sejam proprietárias dos bancos emissores desse “dinheiro-energia”. E ainda sugere que alternativas monetárias controladas local ou regionalmente serão essenciais para garantir a inevitável transição para uma economia de baixa energia, sem que isso seja extremamente dolorosa para milhões de pessoas (Douthwaite 2012:193)³.

Apesar de não terem sido encontrados estudos que indiquem que as moedas sociais e os bancos comunitários brasileiros tenham como objetivo atender às condições apresentadas por Loehr (2012) e Douthwaite (2012) – custos artificiais ao dinheiro e relação entre moeda e energia -, sugerimos uma convergência indireta e parcial com essas formulações. O que sustenta esta sugestão é que independente dos meios, os resultados das moedas sociais são semelhantes, já que moedas sociais são exclusivas para circulação, não havendo a opção nos bancos comunitários para sua

³A hipótese levantada por Douthwaite (2012) para a crise não é consenso na literatura do decrescimento como, por exemplo, apresentado por Kallis e colaboradores (2012). No entanto, a utilização dela no presente artigo é para identificar elementos presentes na literatura do decrescimento e da economia solidária e não para nos posicionarmos com relação a essa hipótese.



poupança, ou seja para o seu acúmulo – o que dialoga com Loehr (2012) – e são alternativas monetárias controladas localmente, o que dialoga com Douthwaite (2012).

3.2 Relocalização da economia

A economia solidária no Brasil tem como um de seus princípios que as atividades econômicas e sociais devem estar enraizadas no seu contexto mais imediato, sendo a territorialidade e o desenvolvimento local os marcos de referência (FBES 2003). França Filho (2007) pressupõe que a economia solidária é constituída por iniciativas que envolvem moradores de um determinado território na busca por soluções relacionadas à sua vida cotidiana. Isto leva à criação de atividades socioprodutivas ou a oferta de serviços que surgem em função de demandas oriundas localmente. Desta forma, estimula-se, no território, um circuito integrado de relações socioeconômicas que envolve produtores e consumidores (França Filho 2007). Estudos mostram que as moedas sociais e os bancos comunitários no Brasil resultam na circulação e na manutenção da riqueza local, na valorização da atividade econômica regional, no incremento da produção e do consumo local, substituindo os produtos externos, e na geração de renda, riqueza e desenvolvimento social com base territorial (França Filho et al. 2012; Jayo et al. 2009; Menezes & Crocco 2009).

Esses resultados convergem com a necessidade de desenvolvimento de modelos de vida local, com o objetivo de relocalizar a economia como uma das mudanças necessárias para a construção de uma sociedade do decrescimento (Kallis et al. 2012; Latouche 2009a). Relocalizar a economia implica produzir localmente, a partir dos recursos naturais e financeiros coletados localmente, produtos que satisfaçam as necessidades locais. Implica também o (re)nascimento da democracia local, por meio da autogestão, em que o poder de decisão voltará a ser dos membros da comunidade. Mas, mais do que práticas locais, trata-se de uma (re)territorialização e de um (re)nascimento do local em um processo de

construção de uma rede para fazer retroceder o processo de globalização que tem aniquilado a vida local (Latouche 2009a). Alerta-se para o fato, porém, de que isso não significa que tudo será estritamente local, ou seja produzido e consumido localmente. Nem o decrescimento nem a economia solidária defendem isso.

3.3 Autogestão e não priorização do lucro

As práticas relacionadas com a economia solidária abrangem um amplo espectro de atividades. No ano de 2007, havia no Brasil 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) registrados no Sistema de Informações em Economia Solidária, envolvendo diretamente 1.687.496 trabalhadores e trabalhadoras (Senaes 2013). Esses empreendimentos são heterogêneos no que se refere: i) a seus âmbitos de atuação - finanças solidárias, comércio justo, formas de economia sem dinheiro, cooperativismo popular ou das empresas autogeridas; ii) ao seu grau de institucionalidade – do quase informal e emergente ao formal e consolidado e; iii) à sua origem - originárias de falência de empresas, formadas por programas de fomento de ONGs ou órgãos governamentais e oriundas de iniciativas do movimento social (França Filho 2007; Guimarães et al. 2006). Essa heterogeneidade determina, na prática, uma ampla variação nas características específicas desses empreendimentos como, por exemplo, a diversidade de condições que determinam a autogestão (Leite 2009). No entanto, a discussão dessas especificidades foge do escopo do presente artigo. Sem ignorar a existência de variações, para fins deste artigo assume-se que os EES são formas de auto-organização socioeconômica, com administração democrática por meio da prática da autogestão (França Filho 2007; Lechat et al. 2007; Singer 2002). Ademais, os empreendimentos da economia solidária possibilitam superar a ideia de empresa produtiva como sinônimo de empreendimentos lucrativos com fins utilitários. Para além dessa visão, a economia solidária abre a possibilidade para a implementação de atividades econômicas sem fins de acumulação privada e que



beneficiam grupos e comunidades específicas, onde se valoriza o trabalho antes do lucro (França Filho 2007).

Em síntese, os EES são caracterizados: i) pelo compromisso de criar trabalho e de beneficiar a comunidade ou um grupo específico de pessoas como valor maior do que o lucro e; ii) pelo poder de decisão baseado numa estrutura democrática. Estas características são convergentes com as características dos “empreendimentos sociais” que Johansova e colaboradores (2013) consideram como capazes de mudar a estrutura econômica para um cenário mais favorável para o decrescimento. Os “empreendimentos sociais” favorecem o decrescimento, pois: i) não enfatizam a maximização do lucro, “sendo isto muito valioso, já que a maximização do lucro está intimamente ligada com o crescimento econômico”; ii) como tais empreendimentos existem para beneficiar a comunidade, e esta comunidade frequentemente detêm o controle democrático do empreendimento, “elas são mais favoráveis a satisfazer necessidades reais”. Quando necessidades reais são satisfeitas, a busca pelo crescimento é menor; iii) o uso frequente de cotas iguais do empreendimento que podem ser resgatadas somente no seu valor de face, e que por regra não são comercializáveis. “Estes aspectos desencorajam um compromisso unilateral com o crescimento” (Johansova et al. 2013:10-11).

3.4 Reestruturar e Reavaliar

A economia solidária no Brasil é fundada em relações de colaboração solidária e colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica (FBES 2003). Esta economia tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associativa e o respeito às liberdades individuais, tendo como resultado a solidariedade e a igualdade (Singer 2002). Para tanto, os participantes dessa economia devem cooperar ao invés de competir (Singer 2002). Para França Filho (2007) a economia solidária coloca a solidariedade no centro das atividades produtivas, permitindo superar o reducionismo de associar a economia

exclusivamente à lógica utilitarista do mercado e à troca mercantil.

A economia solidária ao entender o ato econômico como forma de produzir e distribuir riqueza, entende a economia não como um fim em si, mas como um meio a serviço de finalidades sociais, políticas, culturais e ambientais. Deste modo, a economia solidária amplia a compreensão do que é economia e do seu sentido para a vida em sociedade (França Filho 2007). O projeto de desenvolvimento preconizado pela economia solidária deve ser o de promover as pessoas e as coletividades sociais como sujeitos dos meios, dos recursos e das ferramentas de produção e de distribuição das riquezas. E o sentido que se dá à produção, no que se refere à noção do que é suficiência individual, têm como referência o atendimento às necessidades de todos (FBES 2003). Nesse contexto, o consumo é um ato responsável e político e o mercado é visto como o espaço da troca, do encontro de saberes, da partilha e da construção de laços sociais voltados para a solidariedade e a paz (CONIC & FBES 2010). Ademais, a sociedade deve assumir o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de instrumento e não de finalidade da atividade econômica (FBES 2003).

A solidariedade e a cooperação como valores centrais das relações econômicas para a economia solidária converge com um dos objetivos propostos por Latouche (2009a) para a construção da sociedade do decrescimento. Este objetivo é o de reavaliar os valores sobre os quais repousam a sociedade contemporânea em que a cooperação deve prevalecer sobre a competição, o altruísmo sobre o egoísmo e a reconquista da solidariedade é fundamental (Latouche 2009b). Os elementos trazidos nesta seção convergem com outro objetivo necessário para a construção de uma sociedade do decrescimento, que é o de reestruturar ou o de adaptar o aparato produtivo e as relações sociais. Essa reestruturação deve se dar em função da mudança de valores, de modo a conceber outra lógica para as instituições sociais e



econômicas, como o mercado, a moeda, o sistema financeiro, a noção de necessidade e o benefício comercial e financeiro. Além disso, as relações econômicas não devem ser dominantes ou hegemônicas, nem na produção e nem na circulação dos bens e serviços (Latouche 2009a).

Em síntese, a partir da análise bibliográfica, os seguintes elementos parecem ser convergentes entre o decrescimento e a economia solidária no Brasil: i) a criação de um sistema financeiro controlado democraticamente e sem finalidade primeira de crescer e acumular; ii) a submissão do lucro e da acumulação de capital às necessidades humanas reais; iii) a solidariedade como valor central, no lugar do lucro, no processo de produção; iv) o controle social e coletivo sobre os empreendimentos econômicos; v) a preocupação primeira com a equidade e o bem estar social de todos e todas; vi) a valorização do local, tanto na produção quanto no consumo; vii) o mercado como meio e como espaço em que se estabelecem outras relações sociais para além da simples troca econômica, como o encontro de saberes, da partilha e da construção de laços sociais.

A seguir é feita uma análise do decrescimento e da agroecologia.

4. Agroecologia e Decrescimento

Possíveis relações entre a agroecologia e o decrescimento já foram apontadas em outros trabalhos. Carvalho & Boccatto-Franco (2012) apontaram características do modo de vida camponês, tais como as tecnologias de pequena escala, os circuitos econômicos curtos, o reaproveitamento de matérias-primas e de energia, a solidariedade e a reciprocidade como favoráveis à agroecologia e a uma sociedade do decrescimento. Boillat e colaboradores (2012) consideraram que as mudanças da agricultura cubana, altamente dependente de insumos químicos e de mecanização, para uma agricultura de base agroecológica de baixo “input” é o único exemplo real de decrescimento no mundo.

A análise que segue abaixo buscou ampliar os elementos que possivelmente tenham relação com o decrescimento. Lembramos que o foco será a agroecologia brasileira.

4.1 Base Social

A agroecologia é, simultaneamente, uma forma de conhecimento e um movimento social. Enquanto ciência ela emerge na tentativa de superar o conhecimento fragmentado e compartimentalizado, por uma perspectiva integrada. Compreende a atividade agrícola mediante a interação de diferentes disciplinas, articulando como um todo desde processos biofísicos às relações socioeconômicas (Guhur e Tona 2012). Movimentos camponeses e rurais, por sua vez, adotam a agroecologia como bandeira de sua ação (Altieri 2012). De fato, movimentos sociais rurais brasileiros têm se organizado em torno da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002, e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fundada em 2004. A ANA consiste numa rede não governamental que reúne movimentos, redes e organizações⁴ que se dedicam a implementar experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural (ANA 2012). Esta articulação possui uma ampla base social, que agrega organizações e redes de atuação no meio rural, com forte participação popular.

Do ponto de vista do decrescimento, a construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento predominante deve ser um processo de “baixo para cima”, democrático e no qual a sociedade é protagonista (Kallis 2011). Para Van Griethuysen (2012) o resultado das mudanças propostas pelo decrescimento dependerá da capacidade do

⁴ Algumas organizações, redes e movimentos que compõem a ANA são: Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Confederação Nacional dos Agricultores na Agricultura – CONTAG; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Rede Cerrado; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF; Movimento das Mulheres Camponesas – MMC.



movimento encontrar aliados e mobilizar apoio político e social. Assim, sugere-se que um dos aspectos convergentes entre agroecologia e o decrescimento é a consideração da necessidade de uma base social para implementar estratégias de transformação dos padrões de desenvolvimento.

4.2 Redistribuição, limite e tamanho da propriedade

Um dos princípios que norteiam as propostas agroecológicas é o do desenvolvimento rural baseado na justiça social e na distribuição dos recursos produtivos, com foco na produção familiar. Defender o desaparecimento da apropriação da terra baseada no latifúndio e na grande empresa rural é parte fundamental dessa perspectiva (ANA 2006; 2002). Altieri (2012), enfatiza as pequenas propriedades rurais como elementos fundamentais ao estabelecimento de sistemas agroecológicos. Ademais, o movimento agroecológico brasileiro defende explicitamente um limite para o tamanho da propriedade privada (ANA 2006; 2002) e apoia a Campanha Nacional pelo Limite do Tamanho da Propriedade da Terra, organizada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo - FNRA. Este fórum é composto por algumas das organizações ligadas à ANA (FNRA 2010a). No ano de 2010, o FNRA organizou o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra, em que aproximadamente meio milhão de pessoas afirmaram serem favoráveis à existência de um limite máximo do tamanho da propriedade de terra no Brasil (FNRA 2010b).

O tratamento dado pela agroecologia à questão da propriedade da terra converge com um dos objetivos necessários para o florescimento de uma sociedade do decrescimento que é o de redistribuir (Latouche 2009a). Este objetivo implica a distribuição das riquezas e o acesso ao patrimônio natural, abrangendo, inclusive, a terra, os direitos de extração sobre a natureza, de modo a se subtrair mais terra da agricultura produtivista e da especulação territorial e somar à agricultura camponesa e

ecológica (Latouche 2009a). Na literatura do decrescimento são encontrados argumentos em favor das pequenas propriedades rurais como forma de atingir o decrescimento em bases agroecológicas (Boillat et al. 2012). No que se refere ao limite do tamanho da propriedade de terras, pode-se sugerir que isto é uma forma de limitação do escopo do domínio da propriedade em termos gerais. Conforme discutido por Van Griethuysen (2012), a propriedade se assenta no estabelecimento de títulos de propriedade. Essa propriedade é a instituição fundamental para o crescimento econômico, pois ela é a base para a capitalização e consequente expansão econômica. Deste modo, a limitação do escopo do domínio da propriedade é parte importante do processo de implementação do decrescimento (Van Griethuysen 2012).

4.3 Mercados locais

A dimensão local é um elemento fundamental no contexto da agroecologia, em que se enfatiza a capacidade das comunidades e o abastecimento dos mercados locais (Altieri 2012). O desenvolvimento local sustentável é assumido como estratégia de implementação de um projeto global transformador, em que se destacam as populações locais e sua diversidade cultural. Este processo de desenvolvimento local deve partir do resgate da cultura, dos valores e do modo de vida próprio de cada povo e na racionalidade ecológica da agricultura tradicional. O resgate e a conservação de sementes crioulas e de raças animais locais e a diversificação dos sistemas produtivos, a valorização do autoconsumo e o resgate de culturas alimentares são enfatizadas no processo de desenvolvimento local com base agroecológica (Altieri 2012; ANA 2006; 2002; Sevilla Gusmán 2001). No contexto da agroecologia brasileira o mercado deve ser um meio para trocas econômicas em bases éticas e solidárias, alicerçadas em alianças entre as famílias produtoras e as famílias consumidoras. Além disso, deve ser um espaço de aprendizado e de fortalecimento dos laços comunitários. Os mercados locais e a venda direta ao consumidor são



considerados os espaços propícios para esta concepção de mercado (ANA 2006).

Assim como na economia solidária, a agroecologia parece convergir com o decrescimento, no que se refere a realocação da economia, conforme tratado na seção 3.2. Já o entendimento de mercado que a agroecologia apresenta parece convergir com o objetivo de reestruturar e conceber outra lógica para as instituições sociais econômicas, conforme apresentado na seção 3.4. Mas mais do que isto, a agroecologia também parece convergir com o que Latouche (2009a) propõe aos países do Sul como parte do processo de romper com a dependência cultural com relação aos países do Norte. Como parte desse rompimento, os países do Sul necessitam se reapropriar de uma identidade cultural própria a partir da reintrodução de produtos esquecidos ou abandonados e da recuperação de técnicas, habilidades e conhecimentos tradicionais (Latouche 2009a).

4.4. Rompimento com o modelo de agricultura produtivista

No contexto agroecológico há um confronto direto com a agricultura produtivista. Defende-se explicitamente que esta agricultura deve desaparecer, pois: i) provoca a exclusão social, já que concentra terras, promove a violência no campo, o êxodo rural e o desemprego urbano; ii) provoca degradação ambiental, por meio do uso de produtos tóxicos, pela substituição da biodiversidade por grandes áreas de monocultura, pela exaustão de solos e dos recursos hídricos; iii) é dependente de grandes “inputs” externos como a irrigação, os agrotóxicos, as sementes de empresas e as rações animais; iv) desagrega as culturas dos povos tradicionais e; v) contribui para a insegurança alimentar e nutricional de famílias no campo e nas cidades e a perda da soberania alimentar (ANA 2006; 2002). A agroecologia defende o rompimento deste modelo, na medida em que enfatiza a promoção de mecanismos que permitam que o próprio sistema subsidie a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos, de modo que o foco é diminuir ou

reduzir totalmente o uso de agroquímicos e de aportes externos de energia no sistema (Altieri 2012).

Na superação do modelo de agricultura produtivista, a agroecologia e o decrescimento convergem em dois objetivos assumidos como necessários para a sociedade do decrescimento: reduzir e romper. O objetivo de reduzir diz respeito a diminuição dos impactos ambientais negativos causados pelos modos de produzir e de consumir, o que implica na redução da produção e do consumo de produtos tóxicos e dos resíduos e dos desperdícios provenientes da agricultura produtivista (Latouche 2009a). O outro objetivo diz respeito ao rompimento da dependência econômica que os países do Sul têm com os do Norte, o que implica na ruptura com a exportação de cultivos especulativos em favor da autossuficiência alimentar (Latouche 2009a).

Em síntese, a partir da análise bibliográfica, os seguintes elementos parecem ser convergentes entre o decrescimento e a agroecologia no Brasil: i) base social para a implementação das transformações dos padrões de desenvolvimento; ii) estratégia de transformação de “baixo para cima”, absolutamente democrático, com forte protagonismo social; iii) estrutura produtiva rural redistribuída, com propriedades em extensão limitada, preferencialmente em dimensões familiares ou cooperativas; iv) mercado local sustentável, com estímulo ao autoconsumo; v) entendimento do mercado como meio para trocas econômicas, além de um espaço de aprendizado e de fortalecimento dos laços comunitários; vi) romper com a agricultura produtivista e estimular a agricultura de base camponesa, sem o uso de agroquímicos e de baixo “input” de energia e matéria e vii) recuperação do conhecimento, técnicas, valores, sementes, animais e hábitos tradicionais.

Uma vez sugeridos estes possíveis elementos comuns entre a agroecologia e o decrescimento, realizar uma síntese desses elementos conjuntamente com aqueles comuns sugeridos para a economia solidária



pode facilitar a visualização do seu conjunto, assim como tecer algumas considerações gerais sobre eles. Disto trata a próxima seção.

5. Agrupando os elementos comuns

Identificar elementos comuns a partir de fontes bibliográficas diferentes, com abordagens distintas, tratando de assuntos e contextos diversos, ora em termos gerais, ora em termos específicos, que analisam aspectos teóricos e outros que analisam aspectos práticos é um exercício complexo.

Sem pretender enfrentar essa complexidade, nas seções anteriores empreendemos um delineamento preliminar de possíveis elementos convergentes entre o decrescimento e a economia solidária e o decrescimento e a agroecologia que são resumidos no Quadro 1.

Na análise do Quadro 1 ficam explícitos pelo menos dois elementos compartilhados pela agroecologia e a economia solidária - itens 4a e 4b e 5a e 5b. Provavelmente existam outros elementos comuns que não ficaram explícitos neste artigo ou que vão além da análise deste estudo. Uma indicação disto é que

Quadro 1: Decrescimento e economia solidária e decrescimento e agroecologia: elementos convergentes

Decrescimento e Economia Solidária	Decrescimento e Agroecologia
1a) controle social e coletivo sobre os empreendimentos econômicos	1b) base social para a implementação das transformações dos padrões de desenvolvimento
2a) criação de um sistema financeiro controlado democraticamente e sem finalidade primeira de crescer e acumular	2b) estratégia de transformação de “baixo para cima”, absolutamente democrática com forte protagonismo social
3a) a solidariedade como valor central, no lugar do lucro, no processo de produção	3b) estrutura produtiva rural redistribuída, com propriedades em extensão limitada, preferencialmente em dimensões familiares ou cooperativas
4a) a valorização do local, tanto na produção quanto no consumo	4b) mercado local sustentável, com estímulo ao autoconsumo
5a) mercado como meio e como espaço em que se estabelecem relações sociais para além da simples troca econômica, como o encontro de saberes, da partilha e da construção de laços sociais	5b) entendimento do mercado como meio para trocas econômicas, além de um espaço de aprendizado e de fortalecimento dos laços comunitários
6a) submissão do lucro e da acumulação de capital às necessidades humanas reais	6b) romper com a agricultura produtivista e estimular a agricultura de base camponesa, sem o uso de agroquímicos e de baixo “input” de energia e matéria
7a) preocupação primeira com a equidade e o bem estar social de todos e todas	7b) recuperação do conhecimento, técnicas, valores, sementes, animais e hábitos tradicionais



organizações sociais ligadas à economia solidária e à agroecologia no Brasil elaboraram e publicaram conjuntamente com outras organizações a Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências (Carta de Salvador 2011). Esta carta consiste da afirmação de convergências existentes entre a agroecologia, a saúde, a justiça ambiental, a soberania alimentar, a economia solidária e o feminismo. O movimento pela justiça ambiental já foi reconhecido como um elo entre os movimentos pelo decrescimento do Norte e os movimentos sociais do Sul (Martinez-Alier 2012). As convergências assumidas nessa carta que se relacionam com os elementos presentes neste artigo, de modo bem sintético são: i) crítica ao modelo de desenvolvimento ancorado numa agricultura produtivista – item 6b do Quadro 1; ii) foco no desenvolvimento de uma economia local – itens 4a e 4b; iii) sistemas produtivos sob o controle dos agricultores e autonomia frente às empresas e ao Estado – itens 1a e 2a; iv) recuperação, manutenção e valorização de conhecimentos e de sementes tradicionais e comunitários - item 7b.

6. Conclusões

O presente artigo identifica sete elementos comuns entre o decrescimento e a economia solidária e sete entre o decrescimento e a agroecologia no Brasil. Com base nesses elementos sugerimos a economia solidária e a agroecologia no Brasil como espaços que podem possibilitar a construção de uma plataforma comum entre os grupos “decescentistas” do Norte e os movimentos sociais e acadêmicos do Sul para o debate sobre modelos econômicos de baixo impacto ecológico.

Ademais, este artigo amplia o debate em torno das relações entre Norte e Sul no contexto do decrescimento, pois aponta elementos de uma plataforma comum identificados a partir de princípios e práticas de grupos sociais presentes no Sul. Assim, acrescenta-se uma orientação a mais no debate do decrescimento Norte-Sul, para além dos problemas que o modelo de

desenvolvimento do Norte tem causado no Sul (Martinez-Alier 2012).

Para se aprofundar a análise das relações entre o decrescimento, a economia solidária e a agroecologia no Brasil é necessário qualificar e aprofundar os elementos convergentes sugeridos neste artigo. É preciso perguntar se, de fato, estas pontes entre os três movimentos aqui em estudo são reais e não simplesmente discursivas. Se existem outras convergências. Ao mesmo tempo, no entanto, é necessário identificar e analisar as possíveis divergências, pois dependendo da natureza destas as convergências podem perder valor ou mesmo serem anuladas. Finalmente, se existem outros movimentos no Sul (como o “Buen Vivir” no Equador e Bolívia) com elementos comuns ao decrescimento, o que ampliaria a plataforma comum. Ou seja, o debate está apenas iniciado, sob uma visão que se faz a partir do Sul.

REFERÊNCIAS

- Altieri, M. 2012. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3a. ed. São Paulo/Rio de Janeiro. Expressão Popular/AS-PTA.
- Amin, S. 1974. Capitalismo periférico e comércio internacional. Lisboa. Iniciativas editoriais.
- ANA 2002. Carta Política - Encontro Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<http://www.encontroagroecologia.org.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2012.
- ANA 2006. Carta Política do II ENA – Encontro Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/publicacoes/publicacoes-da-ana/publicacoes-da-ana/carta-politica-do-ii-encontro-de-sementes-do-semiarido-brasileiro-odt/detail>>. Acesso em: 13 dez. 2012
- ANA 2012. O que é a ANA? Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/sobre-ana/sobre-a-ana/71-o-que-e-a-ana>>. Acesso em: 13 dez. 2012
- Bayon, D., Flipo F. e F. Schneider. 2011. Decrecimiento: diez preguntas para comprenderlo y debatirlo. Mataró. Ediciones de intervención cultural/EI Viejo Topo.
- Benasayag, M. e A. del Rey. 2012. O decrescimento e os países do Sul, em Léna, P. e E. P. do Nascimento (eds) Enfrentando Os Limites do Crescimento: Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade. Rio de Janeiro. Garamond.



Boccatto-Franco, A.A. 2012. O decrescimento no Brasil, em Léna, P. e E. P. do Nascimento (eds) *Enfrentando Os Limites do Crescimento: Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade*. Rio de Janeiro. Garamond.

Boillat, S., Gerber, J. e F. Funes-Monzote. 2012. What economic democracy for degrowth? Some comments on the contribution of socialist models and Cuban agroecology. *Futures* Vol. 44: 600–607.

Buainain, A.M. 2006. *Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate*. Brasília. IICA.

Carta de Salvador. 2011. Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Disponível em: <<http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

Carvalho, I.S.H. de, Boccatto-Franco, A.A. 2012. O papel do campesinato na construção da sociedade do decrescimento, em Léna, P. e E. P. do Nascimento (eds) *Enfrentando Os Limites do Crescimento: Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade*. Rio de Janeiro. Garamond.

CONIC, FBES. 2010. Economia Solidária: outra economia a serviço da vida acontece. Disponível em: <www.caritas.org.br/noticias.php?code=13&id=828&filtro=7>. Acesso em: 22 jan. 2013.

Decrescimento 2012. WS 55. Real utopias: from Solidarity Economy to the “buen vivir”. Third International Conference on Degrowth: Ecological Sustainability and Social Equity.

Douthwaite, R. 2012. Degrowth and the supply of money in an energy-scarce world. *Ecological Economics* Vol. 84: 187–193.

Emmanuel, A. 1969. *L'échange inégal. Essai sur les antagonismes dans les rapports économiques internationaux*. Paris. François Maspero.

FBES 2003. Carta de Princípios da Economia Solidária. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 12 dez. 2012.

FNRA 2010a. Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra. Disponível em: <<http://www.limitedaterra.org.br/entidades.php>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

FNRA 2010b. Apuração - Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra. Disponível em: <http://www.limitedaterra.org.br/downloads/Apura_o%20para%20coletiva%20a%20imprensa%20191010_1.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2012

França Filho, G.C. de, 2006. *Economia Solidária e Movimentos Sociais*, em Medeiros, A.; Schwengber, Â. e V. Schiochet (eds), *Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife. Editora

Universitária.

França Filho, G.C. de. 2007. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas - Revista de Ciências Sociais* Vol. 7: 155–174.

França Filho, G.C. de, Silva Júnior, J.T. e A.S. Rigo. 2012. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. *RAUSP Revista de Administração* Vol. 47: 500–515.

Frank, A.G. 1980. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo. Brasiliense.

Furtado, C. 1961. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura.

Furtado, C. 1974. *O mito do desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

Furtado, C. 1983. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo. Abril Cultural.

Gomes, G.C. e E.P. do Nascimento. 2010. Solidary Popular Bank, Ceará, Brazil: A practice compatible with the paradigm of degrowth, em II Conference on Economic Degrowth: For Ecological Sustainability and Social Equity. Barcelona.

Gramsci, A. 1975. *Quaderni des carcere*. Torino: Einaudi Editore.

Guimarães, V.N. Korosue, A. e F.Z.M. Corrêa, 2006. Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção, em Piccinini, V., Holzmann, L., Kovács, I. e V.

Guhur, D.M.P e N. Toná. 2012. Agroecologia, em: Caldart, R. S.; I. B. Pereira; P. Alentejano e G. Frigotto (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro/São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular.

Jayo, M. Pozzebon, M. e E.H. Diniz, 2009. Microcredit and Innovative Local Development in Fortaleza, Brazil: The Case of Banco Palmas. *The Canadian journal of regional science* Vol. 24(1): 115-128.

Johanisova, N. Crabtree, T. e E. Franková, 2013. Social enterprises and non-market capitals: a path to degrowth? *Journal of Cleaner Production* Vol. 38: 7–16.

Kallis, G. 2011. In defence of degrowth. *Ecological Economics* Vol. 70: 873–880.

Kallis, G. Kerschner, C. e J. Martinez-Alier, 2012. The economics of degrowth. *Ecological Economics* Vol. 84: 172–180.

Latouche, S. 2009a. *La apuesta por el decrecimiento ¿cómo salir del imaginario dominante?* 2a ed. Barcelona. Icaria.

Latouche, S. 2009b. *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. São Paulo. WMF Martins Fontes.

Lechat, N.M.P., Ritter, C., Lemes, F.R.M. e T. Schirmer.



2007. Gestão de empreendimentos econômicos solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Civitas – Revista de Ciências Sociais* Vol. 7: 175–194.

Leite, M. de P. 2009. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 24: 31–51.

Llistar, D. 2008. Decrecimiento y anticooperación. ¿Ayudar al Sur decreciendo? *Ecología Política* Vol. 35: 17–18.

Loehr, D. 2012. The euthanasia of the rentier - A Way toward a steady-state economy? *Ecological Economics* Vol. 84: 232–239.

Martinez-Alier, J. 2012. Environmental justice and economic degrowth: An alliance between two movements. *Capitalism, Nature, Socialism* Vol. 23: 51–73.

Martinez-Alier, J., Pascual, U., Vivien, F. e E. Zaccai. 2010. Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. *Ecological Economics* Vol. 69: 1741–1747.

Menezes, M.S. e M.A. Crocco. 2009. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. *Economia e Sociedade* Vol. 18: 371–398.

Mosangini, G. 2008. Hacia otras prioridades en la cooperación: de las carencias del Sur a los excesos del Norte. *Ecología Política* Vol. 35: 115–117.

Nascimento, C. 2011. A autogestão e o “novo cooperativismo”, em Benini, É.A., Faria, M.S. de, Novaes, H.T. e R. Dagnino (eds) *Gestão Pública e Sociedades: Fundamentos e Políticas de Economia Solidária*. São Paulo. Outras Expressões.

Palmas. 2013. Banco Palmas. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/111263>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

Schneider, F., Kallis, G. e J. Martinez-Alier. 2010. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. *Journal of Cleaner Production* Vol. 18: 511–518.

Senaes, 2013. Atlas da Economia Solidária - Versão Web. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/tabcgi.exe?QtdEES.def>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

Sevilla Gusmán, E. 2001. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* Vol. 2: 35–45.

Sevilla Gusmán, E. 2002. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* Vol. 3: 18–28.

Singer, P. 2002. Introdução à economia solidária. São Paulo. Fundação Perseu Abramo.

Taibo, C. 2009. En defensa del decrecimiento: sobre capitalismo, crisis y barbarie. Madrid. Los Libros de la Catarata.

Van Griethuysen, P. 2012. Bona diagnosis, bona curatio: How property economics clarifies the degrowth debate. *Ecological Economics* Vol. 84: 262–269.